

EXPEDIENTE DO DIA
EM 09/10/2001



EXPEDIENTE DO DIA
EM 09/10/2001

Câmara Municipal de Marechal Floriano

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2001

INSTITUI O CÓDIGO DE ÉTICA
E DECORO PARLAMENTAR

Câmara Municipal de Marechal Floriano, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições

RESOLVE

CAPÍTULO I DOS DEVERES FUNDAMENTAIS



Art. 1º - No exercício do mandato, o vereador atenderá às prescrições constitucionais, regimentais e às contidas neste código, sujeitando-se aos procedimentos e medidas disciplinares nele previstos.

Art. 2º - São deveres fundamentais do vereador.

- Traduzir em cada ato a afirmação da liberdade entre cidadãos, a defesa do Estado democrático de Direito, das garantias individuais e dos Direitos Humanos, bem como lutar pela promoção do bem estar e pela eliminação das desigualdades sociais.

I - Pautar-se pela observância dos protocolos éticos discriminados neste código, como forma de glorificação de uma atividade pública capaz de submeter os interesses às opiniões e os diferentes particularismo às idéias reguladoras do bem comum;

II - Cumprir as Leis, a Constituição da República, a Constituição do Estado do Espírito Santo e Lei Orgânica Municipal;

V - Prestar solidariedade política a todos os cidadãos, em especial aos perseguidos, aos excluídos aos discriminados, onde quer que se encontre;

V - Contribuir para a afirmação de uma cultura cujos valores não reproduzam, a qualquer título, quaisquer preconceitos entre os gêneros especialmente com relação a raça, cédulos, orientação sexual, convicção filosófica ou ideológica;

VI - Expressar suas opiniões políticas de maneira a permitir que o debate público, no parlamento ou fora dele, supere progressivamente as unilateralidade dos diferentes pontos de vista e construa, em cada momento histórico, com sentidos fundados por procedimentos e corporativismo;

VII - Abstrair seus próprios interesses eleitorais na tomada de posições individuais como representante legítimo dos munícipes;

CAPÍTULO II DAS VEDAÇÕES

A comissão de Legislação
Justiça e Redação Final.
Em 08/10/2001

Art. 3º - É expressamente vedado ao Vereador: